

-----ATA N.º 214-----

----- Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Ordem de Trabalhos-----

1. - Período de antes da ordem do dia -----

1.1 – Informação escrita do Presidente da Câmara. -----

1.2 - Correspondência: -----

1.2.1 – Comunicações de falta -----

1.3 – Intervenções; -----

2. - Período da ordem do dia -----

2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012; -----

2.2 – Mapa de Pessoal; -----

2.3 – Vougapark – Isenção do IMI; -----

2.4 – Outros assuntos. -----

2.4.1 – Associação – Pedido de autorização. -----

3. - Período destinado ao público -----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum. -----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----

1. Albino Tavares de Pinho -----

2. Alexandre Fernandes Tavares -----

3. Alexandre Paulo Tavares Machado -----

4. Álvaro de Pinho Duarte -----

5. Ana Raquel Machado e Costa -----

6. António da Silva Portela -----

7. Belmiro Manuel Marques -----

8. Carlos Alexandre Arede da Silva -----

9. Cipriano de Arede Nogueira -----

10. Claudino da Fonseca Soares -----

11. David Dias Cabral -----

12. David da Silva Alves -----

13. Fernando da Silva Oliveira -----

14. Harolde Soares da Silva Balaías -----

15. Isabel Maria Soares dos Santos -----

16. João Pereira Henriques -----

17. José Carlos Ribeiro de Sousa -----

18. José Luís da Silva e Almeida -----

19. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----

20. Júlio Martins Fernandes -----

21. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----

22. Mário Coutinho Martins -----

23. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----

24. Renata Liliana da Costa Marques -----

25. Rui Manuel Pires da Silva -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Joana Patrícia da Silva Rodrigues, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de

protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão. -----

----- Faltaram à sessão: Cláudia Maria Rodrigues da Silva, Ercília Maria Marques Pedro, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, Marco Nuno Tavares Rocha, Rui Manuel de Jesus Nunes e Sandra Henriques da Silva. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal comunicou ter recebido as justificações das faltas dos membros Joana Patrícia da Silva Rodrigues, Rui Manuel de Jesus Nunes e Sandra Henriques da Silva, apresentadas por escrito; e de Ercília Maria Marques Pedro, que comunicou por telefone na tarde deste dia. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, João Miguel Tavares de Almeida, Acácio Rodrigues Barbosa e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores. ---

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a ata n.º 213, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, tendo ficado dispensada a sua leitura. -----

----- Depois de colocada a acta da sessão anterior à apreciação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão. -----

----- **1 - Período Antes da Ordem do Dia** -----

----- **1.1 – Informação escrita do Presidente da Câmara:** Apresentado o documento e dada a palavra ao presidente da Câmara Municipal este fez alusão aos pontos mais importantes da informação prestada, prontificando-se a prestar esclarecimentos adicionais caso os membros presentes formulassem questões sobre o documento oportunamente disponibilizado. -----

Aproveitando a oportunidade dada, foi registado um pedido de esclarecimentos apresentado pelo membro **Álvaro de Pinho Duarte**, nomeadamente, sobre a reabertura da Unidade de Saúde Personalizada, da vila, bem como, dos polos de Paradela e Dornelas e abertura de um polo em Cedrim. Mais perguntou sobre o funcionamento do Centro Coordenador de Transportes e a sua integração no plano de mobilidade da região de Aveiro. Aproveitou para perguntar quando estava previsto o início das obras da pista ciclável – ligação entre a Estação de Paradela e o limite com o concelho de Oliveira de Frades – porque na comunicação escrita é referido que, depois de uma reunião havida com responsáveis do instituto Estradas de Portugal, ficou decidido que o município iria elaborar o projeto do pontão de Paradela, retirado há uns anos pela JAE, e aquela obra está incluída no PPI de 2012, com candidatura aprovada e empreitada adjudicada. Mais referiu que, no Plano Plurianual de Investimentos, apenas há existe planeado realizar uma obra na freguesia de Paradela, designadamente a beneficiação da travessa da Quinta do Barco, quando há outras beneficiações a realizar, tais como, a rua de Penouços até à Teca (Vila Nova), a estrada da Estação à Portela, a estrada no interior do lugar de Soutelo, o caminho da Teca ao Dordelinho, o caminho da estrada florestal até ao ribeiro e o caminho da estrada do Campo do Cabeço, com vários pedidos formulados nesta assembleia e onde não é possível ir uma ambulância ou uma viatura dos bombeiros de combate a incêndios. -----

Na resposta, o **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, no Centro de Saúde de Sever do Vouga houve uma reformulação na forma do seu funcionamento e não o seu encerramento. E a decisão que foi tomada é irreversível, por se tratar de um modelo de funcionamento dos Centros de Saúde, implementado pelos serviços centrais. Nesse modelo, durante o dia, os utentes devem dirigir-se à Extensão de Saúde em que estão inscritos e as consultas abertas ficam a funcionar no Centro de Saúde das 20:00 às 24:00 para aqueles que ainda não estão afetos a nenhuma Extensão de Saúde. -----

Quanto à reabertura das unidades de saúde de Dornelas e Paradela, disse ter contactado o Secretário de Estado e foi-lhe transmitido que poderiam abrir caso viesse a haver mais médicos. -----

Em relação ao Centro Coordenador de Transportes disse não poder estar a funcionar como o pretendido por diversas razões. Mas, a mais condicionadora prende-se com as obras da

escola, a abertura do bar e a conclusão do projeto do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, onde poderão ser definidas políticas de transportes para a região. -----

Sobre a pista ciclável, disse julgar já ter prestado essa informação à assembleia municipal, designadamente a necessidade de anulação do procedimento porque não se verificaram os pressupostos de fundamentação do concurso público urgente. A passagem aérea em Paradela não estava no primeiro projeto porque julgavam que o EP iria fazer aquela travessia. Agora, concluíram que nem a Estradas de Portugal e nem a Refer iriam restabelecer a ligação superior. Mas, como há a possibilidade de ser financiada em oitenta e cinco por cento, decidiram incluir essa travessia naquele projeto da pista ciclável. -----

Quanto a algumas obras em Paradela, disse terem refletido essas necessidades no Plano Plurianual de Investimentos. Mas, a grande dificuldade prendia-se com a obtenção dos recursos financeiros necessários para serem dotadas as rubricas, de modo a poderem ser lançados os procedimentos de adjudicação. -----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** aproveitou para informar a Assembleia que, no passado dia 5 de Dezembro, houve uma sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal de Aveiro onde estiveram vários membros para aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento e o Mapa de Pessoal para 2012. E, a título informativo, foi dito pelo senhor presidente do Conselho Executivo da CIRA que, quanto às portagens, estão a estudar um mecanismo de isenções que, ainda não estava pronto. Quanto ao hospital, continuam a lutar pelo Centro Hospitalar mas o senhor presidente foi perentório em dizer que o custo de medicina não sai de Aveiro. Sobre o documento verde que tem a ver com as freguesias, que ainda não é um documento definitivo, e finalmente, sobre a AdRA, pois todos os municípios queixam-se sobre os aumentos da água, informou que, agora, com a questão da sua privatização, estava esse processo pendente. -----

Atendendo ao facto de não terem sido colocadas mais questões, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **1.2 - Correspondência:** -----

----- **1.2.1 – Comunicações de falta:** Foi comunicado que os membros: Joana Patrícia da Silva Rodrigues, Rui Manuel de Jesus Nunes e Sandra Henriques Silva tinham remetido, por escrito, as justificações das suas faltas à presente sessão da assembleia municipal. -----

----- Mais foi transmitido que Ercília Maria Marques Pedro tinha acabado de telefonar a informar que não poderia estar presente nesta mesma sessão. -----

----- Depois, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, tendo o presidente da Assembleia Municipal perguntado quais os membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **1.3 – Intervenções.** -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos começou por intervir o membro **Rui Manuel Pires da Silva**, tendo começado por apresentar uma crítica à forma como foram disponibilizados os documentos, designadamente ao tamanho da letra que era legível com grande dificuldade e não se comparavam com os que foram disponibilizados no ano passado. -----

Depois, disse concordar com a iniciativa tomada pela Câmara Municipal em proporcionar à população a possibilidade de estar presente numa sessão de esclarecimentos sobre a TDT. Mas, não concordava com a hora e dia da semana para o qual estava agendada, ou seja, numa segunda-feira, depois das 17:30 horas, porque certamente iriam estar poucas pessoas. Sugeriu que estas iniciativas deveriam ser marcadas para o final de uma sexta-feira ou sábado, porque a participação da população, em princípio, seria maior. -----

Seguidamente disse ter lido uma notícia do presidente da Câmara Municipal publicada num órgão de comunicação social, editada na segunda quinzena de Novembro, abordando o tema do IC35 e a ligação à A25 desde a Zona Industrial dos Padrões, onde dizia que iria solicitar uma audiência com membros do governo para se falar nesse projeto. Sobre esse assunto perguntou ao presidente da câmara municipal se essa audiência já tinha sido realizada e, em caso afirmativo, qual era o ponto de situação daquele projeto. -----

Seguidamente disse que, há um ano atrás, o líder da bancada do PSD, senhor Álvaro Pinho Duarte, alertou para o facto de andarem autocarros, com mais de vinte anos, a fazerem os transportes escolares. Segundo tinha lido nos documentos do ano passado, o senhor presidente disse, na altura, que, em reunião com o IMTT, foi aconselhado a não pressionar muito, porque havia o risco daquela sociedade deixar de prestar esse serviço e, depois, a Câmara Municipal teria de comprar autocarros para que o mesmo fosse prestado. Considerou que deveriam interceder um pouco junto dos responsáveis daquela sociedade para melhorar esse serviço. Continuando referiu que, também há um ano atrás, tinha alertado para a situação daquilo que chamava de “cartão-de-visita” de Cedrim, que é a zona junto ao cemitério e à Igreja. Entendia que, aquele tipo de monumentos, apesar de serem religiosos, continuava a ser um ponto de referência de todas as terras. Mas, ainda nada tinha sido feito, embora parecendo que já conste de um documento. ----- Sem ser nada feito, continua a ser a estrada de Santo Adrião, que passa de um orçamento para outro, como acontece com outros projetos, que passam em vários planos de investimentos, dando a entender que se trata apenas de um “copy” e “paste”. Disse compreender que as verbas não são suficientes para tantas necessidades. Mas considerava que mais valia não colocar lá certos projetos, porque já ninguém acreditava que fossem realizados. ----- Quanto ao caminho do Barroco, disse ter sido de imediato rasgado o caminho. Mas o inverno veio com toda a força e aquilo agora é um lago. Poderia ter-se feito o encaminhamento das águas para não ficar como está. ----- Terminou dizendo que, apesar da confusão instalada em Sever do Vouga, esperava que a obra lhe agrade e propôs ao presidente da Câmara Municipal, embora reconhecendo que não tenha poderes para tal, que proibisse a circulação de pesados no centro da vila durante o decorrer das obras. ----- Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, tendo dito que, quanto à TDT, considerou a sua intervenção interessante. A sessão de esclarecimento está marcada na data e à hora em que foi possível para as instituições que vão participar e prestar os esclarecimentos à população. ----- Quanto ao IC35, disse que até gostava de pedir a colaboração para ver se o senhor Secretário de Estado marcava a reunião com urgência, embora devendo saber qual era a resposta porque deve frequentar reuniões partidárias e sabe qual vai ser a resposta. Não era só o troço daqui para a A25, era a ligação Aveiro-Águeda, a ligação Arouca-Santa Maria da Feira, são várias as que andam a ser faladas para serem feitas e que se vão arrastando. A informação que tinham era que não havia dinheiro para fazer agora aquelas empreitadas. -- Falando sobre as pequenas obras, algumas incluídas no Plano de Investimentos, como a de Santo Adrião, que pode avançar porque têm cabimento neste ano económico. O dito “copy” e “paste” é obrigatório, por se tratar de um plano plurianual e, desde o primeiro mandato até ao último, pretendem que sejam inscritas nesse documento, a não ser que o assumamos como não sendo prioridade e retiramos do plano de investimentos. ----- Quanto aos transportes escolares, na reunião do Conselho Local dos Transportes Escolares foi abordado esse problema e proposto à sociedade no sentido de ver se substituem alguns dos autocarros mais antigos. Disse e defendeu que, conseguir que fosse mantida esta rede de transportes associada aos transportes escolares é uma situação muito importante, porque se assim não fosse, aquelas sociedades já tinham deixado de exercer essa atividade. ----- Por último, quanto à Regeneração Urbana, disse que vai incomodar muita gente, mas era só até 27 de Maio de 2012, a não ser que surjam alterações significativas nos regulamentos do programa e nos contratos de financiamento. ----- Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **Álvaro de Pinho Duarte**, tendo iniciado a sua intervenção da seguinte forma, como foi transmitido e na primeira pessoa: ----- Hoje, inundam-me sentimentos contraditórios. Por um lado, a sensação de dever cumprido, por outro, a completa desilusão da atual situação política e a inerente sensação de total vazio face ao que entendo ser o cumprimento da coisa pública e o bem estar da população que me elegeu para seu representante. Parecemos não ter rumo, parecemos meras

marionetas face a todos os recados vindos algures da Europa. Digo algures pois até o projeto europeu me parece seriamente comprometido e ruir a qualquer momento como um castelo de areia. O escritor Lobo Antunes, na sua última aparição da televisão, a certa altura questionava “Onde estão os sacanas que fizeram isto ao meu país?”. É uma questão que me inquieta, que nos deve inquietar a todos. E que não vejo o meu partido, ao qual pertença desde sempre, e por isso me atrevo a também a vos inquietar a fazer um esforço em apurar responsabilidades. Ou seja, se o país está mal, os portugueses que paguem a crise e, já agora, que sejam sempre os mesmos. Até porque já estamos habituados. Desculpem a ironia. Inês Pedrosa escreve num belíssimo artigo de opinião no semanário “SOL” o seguinte: “Somos um país de moralistas... A corrupção é sempre culpa dos outros... Enerva que as “cunhas” de uns tenha mais sucesso que as de outros”. E continua, dizendo “As teorias da conspiração nascem na cabeça de conspiradores falhados e florescem socialmente com particular vigor nos países amaciados pela cobardia e pela resignação”. Infelizmente, acho que hoje somos um país resignado e aqui a política, melhor, a maneira de fazer política neste país, levou-nos ao caos, à desconfiança, retirando de cena os valores da liderança e do compromisso sério com os portugueses. Também a nível local, onde a política assume (ou devia assumir) papel vital de interligação com o poder central, assistimos, em meu entender, a uma total alienação de pensamento e ao quase abandono de aceitação de ideias e opiniões. Aqui, somos literalmente postos à margem das decisões e constatamos os atos já consumados. Hoje, e aqui, é com total despudor que se tomam medidas sem prever as consequências a curto prazo (já nem falo a longo prazo pois parece-me que esses neurónios já não estão disponíveis para parar e pensar; infelizmente). Preocupa-me essencialmente os idosos e os mais jovens. Por isso quero salientar, em primeiro lugar, dois problemas que lhe dizem diretamente respeito: A saúde. Como é do conhecimento geral fecharam as unidades de Paradela e de Dornelas, e em Cedrim só funciona em três períodos por semana, de manhã ou de tarde. Como também deverá ser do vosso conhecimento, já não temos Centro de Saúde de Sever do Vouga, mas sim uma unidade de saúde personalizada com polos em algumas freguesias. Ora, em todos os polos tem sempre médico e enfermeira de serviço, mas de serviço em qualquer um dos polos. Esta situação poderá causar situações muito complicadas tais como: ferimentos durante o dia, e caso o seu médico e a enfermeira não estiverem de serviço no seu polo o utente tem que ir para um hospital distrital. Qualquer utente, perante uma situação de doença aguda, que não tenha o seu médico de serviço na seu polo, e se não houver médico de serviço no polo de Sever do Vouga, só terá atendimento a partir das 20:00 horas e até às 24:00 horas. Como, por exemplo, um doente asmático com uma crise de falta de ar não tem cuidados médicos até às 20:00 no polo de saúde de Sever, pelo que tem de se deslocar a um hospital distrital. E simplesmente pelo facto de nos polos não haver, por exemplo, uma máquina de vapores. Triste designo o nosso, senhoras e senhores. Dizia o senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia, “se Lisboa, Porto, ou Cascais têm o direito a ter boas escolas, Sever do Vouga também tem que as ter”. E eu concordo quase no todo, porque é pelos elevados gastos no Parque Escolar que o país está como está. Mas digo mais ao senhor Presidente: se Lisboa, Porto, ou Cascais têm o direito de ter bom serviço de saúde, também Sever do Vouga o deverá ter. Saiba mais, o senhor Presidente, que a saúde é mais precisa e importante que a educação que também é muito necessária. Sobre este problema gravíssimo que afeta as populações e a Câmara nada diz. Sobre a educação constata-se o fecho das escolas, nas pequenas freguesias, e a constituição dos enormes agrupamentos. Estas situações não foram acompanhadas de medidas que permitam uma melhor mobilidade dos alunos. Registo as poucas condições dos transportes escolares, nos horários e no material rodoviário, e por outro lado a situação do Centro Coordenador de Transportes. Uma vergonha. Passem lá e parem, olhem, e escutem as opiniões das pessoas. E sobre isto a Câmara também nada diz. Um terceiro ponto que queria abordar tem a ver com as portagens nas SCUT. Foi um processo que começou mal e teve um fim muito triste. Como todos sabem o nosso concelho é atravessado pela A25 que agora é portajada. Para um concelho como o nosso é um mal menor. Temos a E.N. 16 que para sul ainda vai

servindo. Mas para a economia nacional foi uma extrema maldade que lhe fizeram. Pobres das empresas, que não têm alternativa à A25 e que estão a pagar por quilómetro muito mais caro que na A5 Lisboa/Cascais. E, também, sobre isto a Câmara não tem opinião e nada diz. Mas digo eu. Lamento e repúdio por esta situação, e manifesto aqui a minha contestação. Não era coisa que se fizesse a este concelho e a outros concelhos do interior cada vez mais pobres, velhos e vazios. A minha revolta por este aliciamento a uma maior desertificação. Sou contra, contra e sempre contra. Depois de tudo isto; tomamos, aceitamos e entranhamos tudo como uma certeza absoluta. A minha indignação é que já nem questionamos porquê. Pelo menos eu, e nós que fomos eleitos, deveremos, no mínimo, perguntar porquê. Para assim ter e exigir respostas e assim fundamentar as nossas decisões. Porque fui eleito para ajudar o meu concelho, a minha freguesia, e as suas populações. Hoje, aqui e agora, sinto que não tenho essas condições e em coerência comigo, de bem com os meus valores e ideais, só me resta dizer a tudo isto: basta. Basta deste comportamento político, desta mediocridade de pensamento, desta falta de perseverança. Este rumo pode ser feito mas não comigo. Saio de cena. E a minha consciência? Está, como sempre, tranquila e serena. Sou pessoa de combate e de projetos, de luta e de ideias. O futuro a Deus pertence. Assim, informo o senhor Presidente desta Assembleia, e todas as senhoras e senhores membros, que tanta paciência tiveram para comigo, que já solicitei ao meu partido a demissão de líder da sua bancada parlamentar. Agradeço profundamente toda a colaboração, apoio e lealdade dos elementos do meu grupo parlamentar. O meu muito obrigado também à minha família pelo apoio, compreensão e carinho com que sempre me acompanharam. Continuarei, sim, como membro desta Assembleia, comprometendo-me a defender os interesses da minha terra de Paradela, e deste meu concelho de Sever do Vouga. Excelentíssimos senhores e senhoras, para que o futuro seja, e ele será aquilo que quisermos dele, termino como sempre comecei e fiz questão de o fazer; homenageando o que é nosso, os nossos escritores, neste caso António Vieira: “Dizem que temos valor (os portugueses), mas que nos falta dinheiro e união e todos nos prognosticam os fados que naturalmente se seguem destas infelizes premissas”. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que respondeu o compreendia as mágoas e frustrações do membro Álvaro. Mas, que não lhe fossem imputados os erros do governo. Além do mais porque o seu partido é que está agora a tomar as mesmas medidas. Mais disse ter de ler a sua intervenção, porque, se calhar, teria de lhe dar uma resposta por escrito. -----

Começando pelas SCUT's, sabe ou deve saber, a sua posição e, sobretudo, o entendimento que houve na CIRA e é bom que toda a gente saiba. -----

Quanto aos polos, perguntou o presidente da câmara, porque pensa que só vai ser Paradela e Dornelas? Neste momento, a informação que lhe é prestada é diferente e que não vão ser encerrados. Mas, será uma questão de tempo e cá estaremos mais um ano ou dois para ver o que é que o governo vai fazer na área da saúde. Protestamos, marcamos logo uma audiência com o senhor Secretário de Estado, até porque, começava a desconfiar que, às tantas, não querem fazer as obras e aí iria falar, mesmo sabendo que elas têm cabimento no Programa Operacional Regional, porque, na altura, fez as diligências junto da ARS para que as obras fossem englobadas no POR. -----

Transmitiu que não pretendiam que as competências na área da saúde fossem transferidas para os municípios, por não possuírem os recursos financeiros necessários e já fazerem muito em todas as áreas. -----

Voltando ao tema das SCUT's, disse que, em princípio, não analisaram bem o diploma, porque é aceitável pagar-se apenas a partir da décima passagem. Mas, não é aceitável que as empresas exportadoras de Albergaria-a-Velha, por exemplo, paguem mais do que as de Lisboa, pelo que é, verdadeiramente, inconcebível. Mais disse gostar da postura do presidente da CIRA, porque é trabalhador, esperto e combina connosco na CIRA como havemos de tratar destes assuntos em conjunto. Apesar do trabalho que está a ser desenvolvido ao nível da CIRA, nesse contexto, disse já ter colocado, por escrito, uma

sugestão em nome da Câmara Municipal ao Ministério das Obras Públicas, para resolver o problema, pelo menos, para a região, porque Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela, não vão ter portagens, por estarem numa região com menos de 80% do poder de compra da média nacional, calculado em função do PIB. Mais disse, possuir o documento para poder analisá-lo bem, porque há um sistema de isenções. Quando um concelho não tiver 80% do poder de compra da média nacional, à partida, ficarão isentas as populações até se atingir esse valor do poder de compra. Outra sugestão que apresentou, passa pela aplicação do critério de isenção, decorrente do diploma que fixa a interioridade e que concede benefícios para as empresas instaladas nesses territórios. Os princípios plasmados nesse diploma deveriam servir para beneficiar estas zonas do interior, com mais dificuldades para fixarem empresas e mais população. Contudo, não foi dada qualquer resposta. -----

Quanto ao demais da intervenção disse esperar que o quadro não seja tão pessimista e as medidas que estão a ser tomadas valham a pena e que a economia comece a melhorar. Esta Assembleia Municipal, para determinadas matérias, poderia tomar uma posição com elementos que possam acompanhar o executivo, para verem como são recebidos e tratados os assuntos nos ministérios. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **José Luís da Silva e Almeida**, tendo iniciado a sua intervenção referindo o seguinte: -----

Esta sessão é a última de 2011 e, decorridos os cerca de seis meses desde a posse do novo governo da República, parece ajustado fazer algumas considerações de âmbito nacional, pois as de âmbito local já foram feitas pela oposição. Considerou que não iria fazer tanta oposição ao governo como um elemento afeto ao partido que lá está. Nestes passados seis meses, temos um aumento generalizado dos bens e dos serviços, em especial, os prestados pelo estado. Alguns destes aumentos vão pôr em causa a estratégia delineada para o futuro deste concelho e algumas empresas não suportarão este agravamento. Começou pelas portagens na A25. Disse concordar com o princípio de utilizador/pagador, mas questionava, uma vez mais, os valores cobrados por quilómetro, porque, são, de facto, um exagero. Com o aumento dos impostos anunciado, o sector do turismo vai ser fortemente penalizado. Os recursos dos empresários desta atividade, para manter os preços, e assim tentar não agravar ainda mais a perda de clientes, vai ser baixar os custos de mão-de-obra. Na eletricidade, o aumento do IVA de 6% para 23% vai afetar as famílias, mas não só. Também as empresas, em especial as que concorrem no mercado globalizado, tão diferente nas suas regras, como é o caso de algumas no nosso concelho, vão ter os custos de contexto substancialmente agravado. Lembraram-se de mais: cortes nos subsídios de natal de 2011 a todos os portugueses, aos funcionários públicos retiram os subsídios de férias e de natal em 2012 e em 2013 e mantém-se o corte dos 5% no vencimento. Para quem não saiba, o diploma que regulamentou a atribuição do subsídio de férias e de natal do funcionalismo público foi publicado no Diário da República de 10 de Outubro de 1980, pelo primeiro-ministro da altura, Dr. Francisco Sá Carneiro. Para agravar ainda mais a situação de quem vive do seu ordenado, porque a doutrina ultraliberal quanto menos estado melhor, não se aplica a tudo. O estado até decide quantas horas é que nós temos de trabalhar para as nossas entidades patronais e, então, pretende resolver impor mais meia hora por dia de trabalho e reduzir o número de feriados. Aqui, o argumento das pontes é falacioso, pois no sector privado não existem pontes, mas sim, dias de férias que são descontados ao global previsto na lei. Quem não tem ideias recorre a expedientes. Alguém conhece qual a estratégia deste governo para Portugal? É que não conhecia. A única coisa que nos garantem é que vamos empobrecer. Esperando ser alegremente. Disse não se recordar de alguma vez ter ouvido alguma organização patronal reclamar este tipo de medidas e tinha a convicção de que as trocariam, de bom grado, por um incremento na sua atividade ou por acesso ao financiamento bancário, que seria utilizado pelos investidores caso tivessem confiança em quem nos governa. É o que dá importar em teórico sem qualquer contacto com a nossa realidade. As reuniões de concertação social não contam para nada e as decisões são impostas sem que exista qualquer real tentativa de acordo.

Chega a ser estranho que, no final das mesmas, as declarações dos vários intervenientes nada tenha a ver com o que o ministro venha a dizer. Parece que estiveram em sítios diferentes. Depois vêm com o argumento de estarem a ajustar com a Europa comunitária. Só apetece dizer que é pena que não seja em todos os campos. Sem querer entrar em guerras de números, porque os sectores de lazer e tempos livres, por exemplo, a restauração, a hotelaria e outros, serão fortemente penalizados com a quebra da sua atividade provocada por estas medidas. Apenas perguntou, quem perde e quem lucra com estas decisões? Todos sabemos quem perde e quem aguenta com tudo. Os famosos Zés e Marias deste país. Esta é uma homenagem ao senhor Álvaro Pinho. Agora já caídos no esquecimento. Situações como as duplas ou mais reformas de valores chorudos são mexidas de uma forma medrosa. Aqui não se copiam os bons exemplos da Europa e não se limita o valor máximo das mesmas. Tal como ouvimos nesta Assembleia, por parte da oposição, os que agora nos governam estavam na mesma situação e era muito fácil, só que, entre o que diziam e o que agora produzem, vai um desvio colossal. E até já existe uma crise externa que nos afecta. Depois, e tinha de dar esta achega, ainda tínhamos uns que tinham um discurso a aguçar o moralista e agora um que foi de mota já anda num carro de luxo, outro não gostava do Chávez e agora deseja-lhe a melhor saúde. O mesmo que resolveu a questão dos vistos para Angola, mas quem conhece a real situação sabe que não é verdade. Só faço estas considerações para avivar a memória dos que se esqueceram de que as instruções do exterior em 2007 ou 2008, era para os estados apoiarem e intervirem na economia para não aumentarem os efeitos da crise de então. Mas que, desde aí, muito se agravou. Também não se esqueceu que a oposição parlamentar, no segundo mandato, tinha a maioria e fez aprovar várias leis contrárias às posições do governo e ao interromper a sua vigência, impede que se possa avaliar com justiça um trabalho abruptamente parado. Todos ouvimos falar da Grécia, da Irlanda, da Itália, da Espanha, mas não só dos que têm problemas muito mais graves da famosa herança. E, em Janeiro e Fevereiro do próximo ano, eles virão à tona, por exemplo, quando a Itália tiver de pagar trinta e poucos mil milhões de euros da sua dívida em Janeiro. Por cá as coisas estão a resolver-se com a transferência de fundos das pensões, a contribuição mesmo forçada dos contribuintes ou com a venda das participações estatais em algumas empresas. Mas, esperava que as coisas corram bem ao nosso governo que o país bem precisa. Vamos ultrapassar esta crise, mas o mérito será de todos nós, do que fomos capazes de fazer por esse mundo e confiava que ainda eramos capazes, pois estamos muito melhor preparados, temos mais conhecimentos e vemos as facilidades dos nossos jovens com as novas tecnologias. -----

Depois de concluídas as intervenções registadas no “período de antes da ordem do dia”, foram suspensos os trabalhos por um período curto, com vista à realização de um pequeno intervalo. -----

Durante o intervalo ausentaram-se os membros António da Silva Portela e Mário Coutinho Martins, que não participaram na análise e votação de qualquer ponto da ordem de trabalhos. -----

Alguns minutos depois, foram reiniciados os trabalhos, passando-se ao “período da ordem do dia”. -----

----- 2 - Ordem do Dia -----

2.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012 – Antes de ser colocado este ponto à apreciação, o presidente da câmara municipal procedeu à apresentação dos documentos previsionais, consubstanciados na proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião do passado dia 23 de novembro, dando uma explicação exaustiva dos principais valores e documentos que integram o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2012, elaborados conforme prescreve o POCAL. -----

Depois, colocou-se à disposição dos membros presentes para prestar os esclarecimentos que fossem necessários sobre os documentos apresentados, acrescentando que daria a palavra ao diretor de departamento, caso as mesmas fossem de carácter técnico. -----

Posto isto, foi aberto um período de intervenções, iniciado por **Álvaro Pinho Duarte**, com a apresentação de algumas questões e constatações. -----

Na aquisição de serviços, constatou haver um aumento nos seguros de doze mil euros, quando na realidade há uma tendência na redução dos prémios. Perguntou se esse aumento tinha algo a ver com o alargamento das competências do município. -----
Também, constatou um aumento nos encargos com a cobrança de receitas e perguntou quanto era o valor dos encargos com esse serviço. -----
Falando da aplicabilidade de verbas do orçamento e das Grandes Opções do Plano, na freguesia de Paradela, disse ter verificado a inclusão das seguintes obras: Construção do Troço de Ligação entre o Largo da Fonte e a E.N. 328, que tem uma verba de cinco mil euros não definida para o ano de 2012; a Estrada de Soutelo à Estrada do Pisão, na mesma situação; a Estrada de Penouços à Vila Nova, está na mesma situação; a Estrada da Igreja ao Campo, a mesma situação; a Beneficiação e Pavimentação do Interior de Soutelo, a mesma situação; a Rua da Portela, a mesma situação. A única obra que tem cabimento orçamental para 2012 é a Travessa da Quinta do Barco. Aqui se deduz, muito simplesmente, de que, todas estas obras, a única definitivamente inscrita é a da Quinta do Barco. Todas as restantes só poderão ser efetuadas em 2013, 2014 ou 2015. Isto quer dizer, muito naturalmente, que, utilizando este expediente se calam os autarcas. Mas, tendo sido eleito para representar e defender os interesses do concelho e, muito particularmente, da freguesia de Paradela, só lhe restava manifestar a sua oposição, por não concordar com este orçamento. E, só não votava contra porque era uma pessoa responsável e, para o fazer, deveria apresentar propostas alternativas e, não o fazendo, obviamente, o seu voto teria de passar pela abstenção. -----
Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse não ter reparado que havia tantos projetos previstos para a freguesia de Paradela, o que se torna um problema caso os demais presidentes de junta venham a contestar. No entanto, as obras estão inscritas para o caso de ser possível reunir os recursos financeiros necessários para poderem ser lançadas. Por exemplo, através do aumento de financiamentos externos. -----
Quanto aos seguros, informou estar a decorrer o concurso público para a contratação desse serviço e, durante a execução das peças do procedimento, constataram-se equipamentos que não tinham seguro e outros que possuíam valores diferentes dos que deveriam ser segurados, muitos dos quais subavaliados. A dotação inscrita no orçamento deve corresponder ao valor estimado dos custos com todos os seguros. -----
Por último, sobre os encargos de cobrança disse tratar-se de custos decorrentes da cobrança de impostos e deduzidos às receitas transferidas pelo serviço de finanças. -----
Seguidamente, foi dada a palavra a **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira** que, antes de iniciar a sua intervenção sobre a análise à proposta do Orçamento, apresentou uma sugestão sobre a disponibilização dos documentos. Disse, ser frequente para o mesmo ponto da Ordem de Trabalhos que um documento apareça repartido por vários ficheiros, muitas vezes só com a capa do documento, obrigando à sua abertura individual, por forma a facilitar não só o acesso aos documentos na sua consulta. Assim, sugeria que, sempre que a informação a disponibilizar seja parte integrante do mesmo documento se agregue o mesmo e se coloque apenas um ficheiro no *site*. -----
Quanto à proposta do Orçamento, e em representação dos deputados da lista do PSD, mais do que tecer considerações sobre as opções de investimento, pediu alguns esclarecimentos sobre determinados aspetos que permitam ter uma perceção mais clara sobre a proposta que é apresentada. Relativamente à receita, apesar de se prever uma diminuição na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros, em parte explicada pela diminuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado, estima-se que a receita a arrecadar com impostos diretos, como o IMI, o Imposto Único de Circulação ou o IMT, cresça em cem mil euros. Tendo em conta a conjuntura económica atual, gostaríamos de obter um esclarecimento sobre os pressupostos que estiveram na base deste previsível aumento. -----
Outro esclarecimento refere-se às receitas do FEDER, nomeadamente, à inclusão num documento escrito da identificação dos investimentos que estarão na base da receita prevista que é inscrita na rubrica FEDER. Seria uma ajuda para a análise, quer do Orçamento, quer para compreender que projetos são financiados. Já na apresentação do

Orçamento do ano passado, abordámos este ponto e, se não estou em erro, o senhor presidente referiu sua resposta que essa informação seria incluída numa próxima proposta, ou seja, na atual que está em discussão. -----

Quanto aos investimentos previstos no Orçamento, chamou-lhe à atenção o aumento nas despesas na rede viária. Na sua opinião, tendo em conta o ano difícil que se avizinha e uma vez que as obras listadas se prolongam por vários anos, considerava que seria um sinal muito positivo não aumentar esta tipologia de despesa, em prol de uma iniciativa robusta de apoio social e de investimentos no reforço da competitividade do concelho. De facto, a crise económica com que nos debatemos tem um impacto grande na vida das famílias originando um cada vez maior número de pedidos de apoio e, como sabemos, os Municípios são, frequentemente, a porta mais próxima que as pessoas têm para pedir ajuda. Nesse sentido, para além das medidas de carácter social, já previstas neste Orçamento, pensa que um programa mais forte de apoio social promovido pela Câmara poderia ser um grande auxílio para a população. -----

Quanto à competitividade, não tinha dúvidas que o VougaPark é um equipamento estruturante para o nosso desenvolvimento. No entanto, estando já a aproximar-se o final da sua construção, a parte mais difícil deste processo vai começar, ou seja, a implementação de um conjunto de ações que, efetivamente, dinamizem este equipamento e fomentem o aparecimento de novos empreendedores que fortaleçam as empresas já existentes e capacitem a nossa população. Nesse sentido, uma vez que o Município é o maior acionista nesta empresa municipal, gostaria de saber que ações estão já planeadas para o período pós finalização das obras de construção. Esta preocupação é realçada, pois a quase totalidade da transferência prevista para o VougaPark destina-se apenas a despesas de educação. -----

Outra área de intervenção importante é a que se refere à defesa do meio ambiente. Neste campo, gostaria de obter uma informação mais precisa relativamente ao montante previsto para galerias ripícolas e os cinco euros para a limpeza nos caminhos florestais sendo que esta última é uma importante ação de prevenção de incêndios e não é, seguramente, com a verba prevista que se irá conseguir realizar. Para finalizar, aproveitou este momento para informar que, a intenção da bancada parlamentar não se opor a esta proposta de Orçamento viabilizando-a com a abstenção. -----

Seguidamente, na resposta, o **Presidente da Câmara Municipal**, disse que selecionaram, fundamentalmente, as obras que serão comparticipadas, para poderem satisfazer os compromissos que serão assumidos. A rede viária é, se calhar, um dos pontos onde são gastos mais recursos, mas se ouvir as intervenções, verá que é para essa área que há mais pedidos de intervenção. -----

No ponto do meio ambiente, disse tratar-se de um projeto que terá de ser lançado na sequência de uma candidatura aprovada através do PRODER e que visa fazer a limpeza das margens de alguns rios. -----

Em relação ao aumento do IMI, o mesmo deriva da aplicação do POCAL, devendo ser feita a média dos valores cobrados dos últimos vinte e quatro meses. Mas, também se prevê, com o fim de muitas isenções no IMI, o aumento da receita. -----

Quanto ao VougaPark, disse estarem a tentar fazer um protocolo com a AIDA, reformular o protocolo que temos com a Universidade de Aveiro e terem de começar a pensar para além desses protocolos e, talvez, elaborar um plano de marketing e divulgação. Vamos ver se o “CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica” continua interessado na parceria para a área da energia e metalomecânica. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **José Luis de Almeida e Silva** tendo referido que: -----

O Orçamento está, uma vez mais, bem explicado, os números não mentem e, também, são o que são, pois as receitas diminuem e, quando aumentam, não esqueçamos que é à custa dos nossos impostos. Acreditava que já não é possível exigir mais dos contribuintes. Até considerava que, apesar do aumento do IVA nalguns produtos e serviços, o estado iria

arrecadar menos receita. E, a propósito dos apoios sociais, pensava que, mais do que “dar o peixe”, teríamos de “aprender e ensinar a pescar”, mas louvava a atenção que se tem dado a este assunto ao longo dos mandatos. Como não queriam, mas também não deviam, aumentar os compromissos da autarquia, em especial atendendo ao contexto nacional e internacional, este orçamento de contenção vai merecer a aprovação da sua bancada. -----

Depois de concluídas as intervenções e o esclarecimento das dúvidas colocadas sobre os documentos objetos de análise, passou-se à deliberação e votação dos documentos previsionais submetidos à apreciação do órgão deliberativo. -----

Deliberação – No uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais, os documentos previsionais para o ano económico de 2012, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 9.800.000€ (nove milhões e oitocentos mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projetos e ações das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 4.987.755€ (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, Setecentos e cinquenta e cinco euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de 4.700.000€ (quatro milhões e setecentos mil euros) e o Plano de Atividades Municipais com uma dotação global de 287.755€ (duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco euros), foram aprovados por maioria, com dezasseis votos a favor, dos membros: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Raquel Machado e Costa, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaia, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes e Renata Liliana da Costa Marques; e sete abstenções, dos membros: Álvaro de Pinho Duarte, Cipriano de Arede Nogueira, David Dias Cabral, Isabel Maria Soares dos Santos, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira e Rui Manuel Pires da Silva. -----

De igual modo, foi aprovada a proposta apresentada pelo órgão executivo exarada nas últimas folhas dos documentos previsionais, como a seguir se transcrevem: -----

1º- Continuar a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama; -----

2º- Cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas, cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação; -----

3º- Recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo; -----

4º- Considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, 8 de Junho, autorizar a repartição por mais que um ano, os encargos relativos a obras e fornecimentos, aquisição de bens ou serviços que resultem do Plano Plurianual de Investimentos aprovado, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações previstas no aludido artigo 22º; -----

5º- Autorizar a introdução nas Grandes Opções do Plano os ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não alterem o valor global do orçamento e das GOP's, exceto nas situações admitidas por lei; -----

6º- Finalmente, a aprovação das Grandes Opções do Plano apresentado, bem como do Orçamento que lhe dá a necessária cobertura. -----

2.2 – Mapa de Pessoal – Seguidamente, no uso da competência conferida ao órgão deliberativo, através do n.º 3, do art.º 5º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi apreciado e aprovado, por unanimidade, o Mapa de Pessoal, deste ano de 2012, com os votos a favor dos vinte e três membros presentes. -----

2.3 – Vougapark – Isenção de IMI – No uso da competência conferida pela alínea h) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o previsto no n.º 2 e 3 do art.º 12º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, renovar por mais cinco anos a isenção do imposto municipal sobre imóveis aprovada na sessão de vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito, com efeitos a partir do dia seguinte ao do termo do prazo da atual isenção, abrangendo qualquer reavaliação que recaia sobre o património da empresa VougaPark – Parque Tecnológico do Vouga. E.M. por tributação sobre os prédios que compõem o complexo da antiga Fábrica das Massas Vouga, atualmente inscritos na matriz predial sob os números 760, 761, 764-A, 764-B, 764-C, 764-D, 764-E, 271, 397, 976 (7/8), da freguesia de Paradela do Vouga, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob os números 11, 14, 23, 562 e 1324. -----

Esta proposta foi aprovada com os votos a favor dos vinte e três membros presentes. -----

2.4 – Outros assuntos – Por unanimidade, foi aceite a apreciação do seguinte ponto, que foi acrescentado à "Ordem do Dia" neste ponto. -----

2.4.1 – Associação – Pedido de autorização – Seguidamente, através do Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a proposta aprovada na reunião do passado dia catorze de Dezembro, destinada a solicitar à Assembleia Municipal autorização para o Município de Sever do Vouga integrar a PROMIRTILO – Associação Nacional de Produtores e de Promoção do Mirtilo, como sócio fundador. -----

Depois da apresentação realizada aos documentos disponibilizados – informação e estatutos – foi dada a oportunidade aos membros presentes para colocarem questões sobre a proposta formuladas e apresentada para discussão. O membro **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira** perguntou se era possível a admissão de outros associados, para além daqueles que se encontram referidos na informação. Na resposta, o Presidente da Câmara Municipal, disse que qualquer pessoa poder-se-ia propor a sócio da associação, mediante o pagamento de uma quota que, à partida, será de cinquenta euros para pessoas singulares e de cem euros para pessoas coletivas. -----

Assim, no uso da competência conferida ao órgão deliberativo, dada através do previsto na alínea m) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi deliberado, por unanimidade, autorizar esta entidade a integrar aquela associação de acordo com as condições gerais apresentadas nos estatutos. – Esta proposta foi aprovada com os votos a favor dos vinte e três membros presentes. -----

----- **3 - Período destinado ao público** -----

Não houve intervenção do público. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

